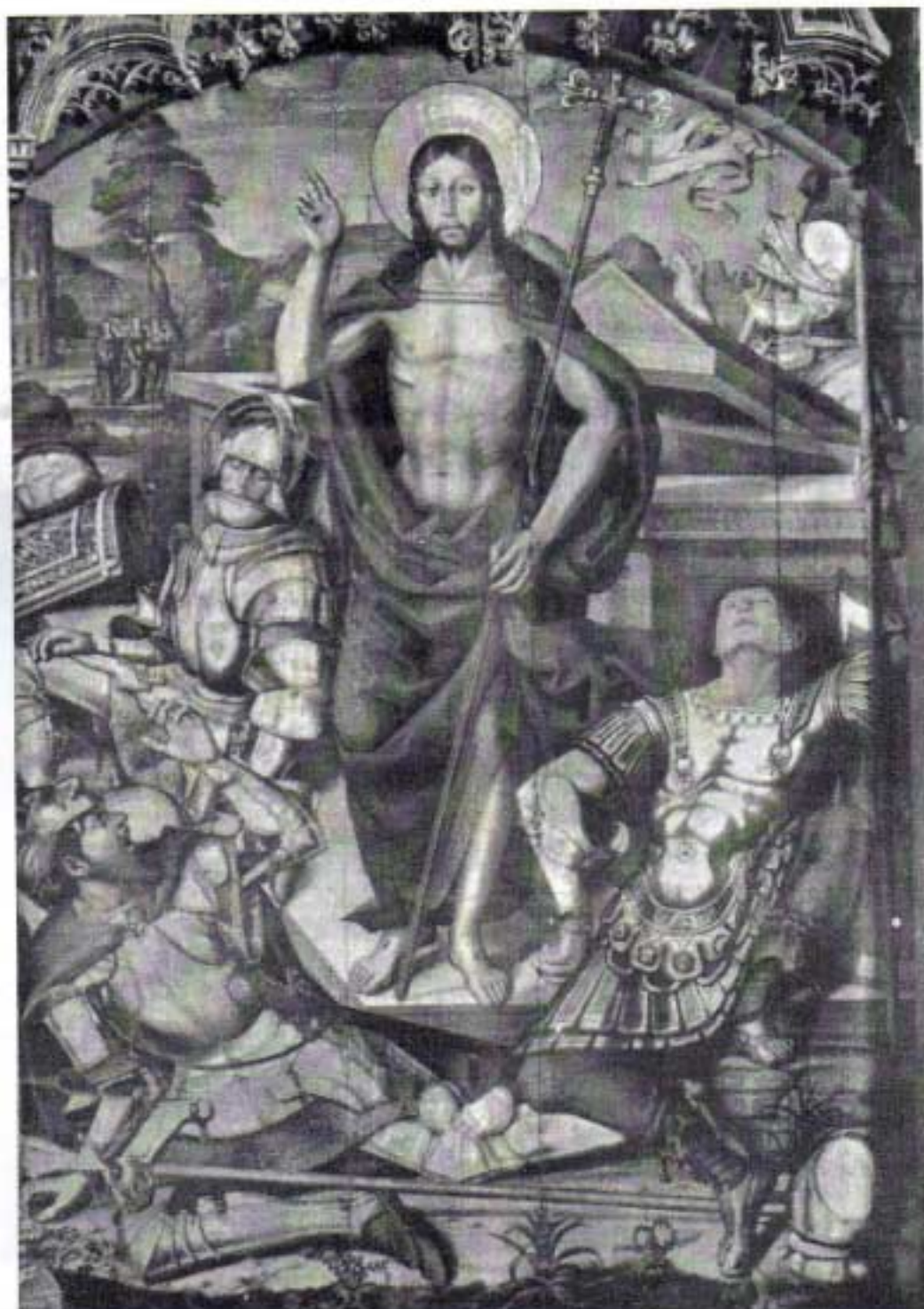


JANEIRO - MARÇO 1999



Roteiros

34. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



A Ressurreição de Cristo, (Em Sta. Cruz)
Retábulo do Altar Maior da Catedral de Ávila (1506 — Influência do Renascimento Italiano)

CHINA-MACAU: 1999



1 — Neste ano de 1999, em que Portugal abandonará as suas seculares responsabilidades em Macau, o Partido Comunista Chinês atinge meio século de exercício exclusivo do poder, e vinte anos de reformismo da economia.

A referência carismática mais presente, a julgar pelas notícias relacionadas com a projecção de uma imagem exterior já não é Mao, o do livro vermelho que entusiasmou alguma juventude europeia, mas sim Deng

Xiaoping, que morreu em 1997.

Foi ele o responsável pelo modelo, inovador, de um país com dois sistemas, que representou uma clara determinação de responder à globalização do fim do século, quebrando a perspectiva anterior do isolamento simbolizada na Muralha da China, e enfrentando a perspectiva exterior do cordão sanitário.

Este teve expressão nas alianças militares articuladas ao longo da fronteira de todos os marxismos, durante os mesmos cinquenta anos que durou a ordem dos Pactos Militares sustentada pela dupla NATO-VARSÓVIA, num equilíbrio instável mas apoiado no tipo de relação que Raymond Aron chamaria acordo não negociado.

Depois da morte de Deng Xiaoping, a política de marcha para o exterior da muralha encontrou acolhimento no desaparecimento, consentido pelos ocidentais, dos últimos vestígios dos Tratados Desiguais, que unificaram a reacção patriótica de nacionalistas e maoistas, e foi assim que o Presidente Jiang Zemin enriqueceu o seu mandato com o regresso de Hong-Kong à soberania chinesa, retomou as cinzeiras com os EUA interrompidas durante anos, e terá a moderada satisfação de incorporar Macau antes do fim do século.

Esta resposta ao globalismo vem naturalmente acompanhada de reformas internas destinadas a sustentar o modelo dos dois sistemas, do ponto de vista das exigências da economia, mas parece importante notar que incluiu uma resposta no plano da política e da nova balança poderes mundial em gestação.

Nas últimas eleições de Taiwan, a China mostrou a bandeira quando a sua marinha fez acto de presença, e, na linha de outros países orientais, com destaque para a sua inamistosa União Indiana, não hesitou em sacrificar a política de desenvolvimento à política armamentista, convertendo-se numa potência atómica.

Esta espécie de regresso ao mundo precisa de ser apreciada com prudência metódica, porque é de temer que a perspectiva ocidental do FMI não consiga vencer as barreiras à compreensão recíproca que sempre foram identificadas nas relações leste-oeste, e que o modelo americano do fim da história, da democracia geral, do mercado global, dos direitos humanos de uma só leitura, encontre dificuldades em prospectar a evolução do sistema político chinês.

A tentativa de aproximar os vários reformismos que se multiplicaram depois do fim da guerra fria, permite, com alguma audácia, comparar a experiência russa com resultados sabidos, e a experiência chinesa com práticas conhecidas.

No caso da URSS, o projecto de reforma que ficou conhecido pela perestroika, pretendeu manter as fronteiras geográficas da União, guardar a proeminência no que hoje chamam estrangeiro próximo, mas fazer circular a sede do poder do

partido para o governo, subordinar a administração e o exército a um poder democraticamente eleito, privatizar a economia. O desastre foi o resultado mais visível.

No caso da China, são frequentes as notícias de que o Presidente Jiang tem a intenção de retomar a ideia de uma reforma política modernizante, um processo que foi paralisado pela violenta repressão na Praça de Tiananmen em 1989, um massacre que emocionou o mundo ocidental e arrefeceu muito do entusiasmo que acolhia o desenvolvimento do modelo de um país com dois sistemas.

Talvez seja de recordar que as mudanças ensaiadas durante o longo governo de Mao, a última dela sendo a Revolução Cultural, terminaram com violentas repressões.

Pode ser que a amostra dos factos pareça insuficiente à análise para tirar conclusões, mas é seguramente suficiente para adiantar a hipótese de que não está nas perspectivas do aparelho, ao contrário da experiência russa, diluir o monopólio do poder pertencente ao partido comunista chinês.

O fim da história, da versão americana, talvez precise de um gradualismo de que pareceu tomar nota ao moderar as críticas às leituras de Pequim na área dos direitos humanos, e também alguma prudência, quando Kissinger, o seu mais influente conselheiro nacional vivo, parece meditar publicamente sobre uma eventual Triade, composta de Estados menos sofrendores da crise da soberania, e que poderia incluir a China finalmente articulada ao globalismo, e a Rússia recuperada para o modelo de Estado como os outros.

2 — O processo de recuperação de um estatuto de plena soberania pela China, não ensombrada pelos Tratados Desiguais, foi iniciado pela revolução republicana, assumido pelo



Igreja de S. Paulo (antiga Universidade do Oriente) — Macau

nacionalismo de Chiang Kai-shek, concluído pelo regime instaurado por Mao.

Durante este meio século, que incluiu a segunda guerra mundial de 1939-1945, as guerras de Vietnam e da Coreia, o conflito com a União Indiana, a ocupação do Tibet, o acesso da China ao estatuto de potência atômica, a reivindicação dos territórios proclamados nacionais, é certo que Macau não foi objecto de qualquer tentativa de ocupação, que seria fácil e irresponsável, embora não tenha atravessado sem sobressaltos a Revolução Cultural.

Algures notou Mao, que a presença de Portugal na China se diferenciava das outras presenças ocidentais por não ter sido imposta.

É certo que durante o longo e difícil processo da ONU sobre a descolonização portuguesa, a China, que teve o mesmo procedimento em conferências internacionais sobre o tema, nunca consentiu que Macau fosse considerado uma colónia, e que pudesse ser incluído nos territórios a autonomizar.

Daqui decorre que a presença pelo consentimento parece ser uma premissa a não esquecer na prospectiva das relações da China com as potências ocidentais e, no caso português, muito particularmente com a União Europeia.

A manutenção de tão frágil poder português até 1999, teve certamente apoio naquela visão chinesa do facto, mas também num sentimento de dignidade nacional, que não admitiria ter salvo a face no caso de resolver a questão da presença de um tão pequeno país antes de resolver as pendências com as grandes potências ocidentais.

Deve reconhecer-se que desde a Conferência de Yalta, em 1945, Roosevelt e Churchill trataram displicentemente a Chi-



A Porta de Macau

na representada por Chiang Kai-shek, até à guerra da Coreia a República Popular viu reconhecida a sua categoria de grande potência regional, ou de grande país como os chineses preferem dizer, tomando assento no Conselho de Segurança da ONU.

De então em diante comportou-se como igual no restrito grupo das superpotências, uma das possíveis razões que levaram à ruptura de Mao com Moscovo, porque o paternalismo soviético terá parecido intolerável, uma verticalidade que na década de oitenta, que veria cair o Muro, se traduziu numa evidente cortesia partilhada por Washington e Moscovo.

Parece geralmente aceite que foi Deng Xiaoping, especialmente no seu famoso «Southern tour» de 1992, quem definitivamente incentivou a articulação com o globalismo, acelerando a modernização que ali significa ocidentalização com salvaguarda dos valores do asiaticismo, inevitavelmente submetidos estes, como ele disse, às infiltrações das «moscas e insectos» do capitalismo.

Desde o fim da guerra fria, a República Popular da China juntou-se, por isso, à APEC — Asia Pacific Economic Cooperation em 1991, e à ASEAN Regional Forum (ARF) em 1993, a primeira particularmente envolvida no processo de liberdade de comércio e investimento, a segunda promovendo a segurança a partir de medidas de confiança e diplomacia preventiva, tudo no espírito da Agenda para a Paz da ONU.

Progressivamente, vai aderindo às convenções internacionais sobre controlo de armas, património comum da humanidade, hesitando na área dos Direitos Humanos, como antes vimos.



HOTEL ROMA

★ ★ ★

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1749-074 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 18586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

★ ★ ★

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 510 15 / 510 25 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 522 15 / 522 25 — Telex 43279

A partir de 1996, uma série de tratados com os países fronteiriços da Ásia Central e Rússia puseram um ponto final nas questões fronteiriças, encaminhando para a cooperação transfronteiriça, o que diz designadamente respeito à Mongólia. Também, nesse período, foi definido um modelo de relacionamento com as grandes potências, começando pela Rússia com a qual estabeleceram o que chamam uma «parceria construtiva» (1996), que alargou aos restantes membros permanentes do Conselho de Segurança, sem esquecer portanto os EUA, e à Alemanha e ao Japão.

Do conjunto parece resultar uma prospectiva chinesa de uma nova ordem multipolar, de cooperação pacífica e construtiva, de respeito pelo multiculturalismo, de renúncia a agressões não apenas militares, mas também económicas e financeiras contra a segurança de cada Estado. A ideia do fim da história, e o conceito de gendarmarie americana, são repudiados, pretendendo uma balança de poderes mundial estável.

É evidente que a parceria com os EUA, a única que foi chamada estratégica, é uma variável fundamental do processo, e estamos longe de ver um ambiente de confiança generalizada que corresponda às declarações.

De qualquer modo, os EUA são o interlocutor do projecto de poder, representam o nível procurado de estatuto igual na cena internacional, o desafiante para que adira aos padrões ocidentais de relacionamento, o parceiro do qual depende resolver as questões de segurança que incluem Taiwan, a Coreia, o Japão, o Pacífico. Para percorrer este longo caminho, Deng Xiaoping deixou um conselho: «evitar as luzes da ribalta e manter um perfil discreto enquanto se concentram os esforços no desenvolvimento da economia chinesa».

3 — Independentemente das variações de temperatura no processo geral de resposta da República ao globalismo, talvez aquele preceito seja o princípio-guia fundamental, que aponta para a estabilidade dos estatutos negociados para Hong-Kong e para Macau.

Em primeiro lugar, a política de um país e dois sistemas parece concretizar-se num modelo que, aproximado das experiências europeias, será de regionalização, e isso é já um passo no sentido da democratização.

Supondo que não virá a intervir qualquer acidente maior no desenvolvimento desta premissa, poderíamos alinhar alguns tópicos sobre a futura relação Macau-China e Portugal-China depois de 1999; parecendo conveniente dar alguma autonomia às duas linhas. Assim de acordo com a literatura disponível:

1. Depois de meio século de existência, a R.C.P. procura construir uma imagem de uma identidade nacional, que possa combinar elementos civilizacionais tradicionais com elementos de modernidade.

2. Devido às extraordinárias consequências resultantes do rápido crescimento económico da era Deng, o regime denota grandes dificuldades em encontrar no plano ideológico, uma base de legitimidade justificadora do esvaziamento da doutrina socialista.

3. O marxismo-leninismo-maoísmo tem vindo a registar uma grande evolução, passando de uma ideologia política visando a mudança da sociedade no sentido do socialismo, para uma ideologia assente num forte nacionalismo, com repercussões na condução das políticas interna e externa.

4. O dogmatismo político-ideológico de Mao Zedong, deu lugar no tempo de Deng Xiao Ping e do seu sucessor Jiang Zhemín, a uma visão «pragmática» da sociedade, resultante da dinâmica gerada pela política de reformas económicas e de abertura ao exterior iniciada nos finais da década de setenta.

5. Esse «pragmatismo» tem particulares efeitos negativos na disciplina interna do partido, levando muitos quadros a um envolvimento em actividades económicas susceptível de, a prazo, vir a provocar uma séria erosão no regime.

6. A corrupção atinge, hoje, todos os níveis de decisão do Estado, constituindo uma questão política bastante sensível, dado que o combate à corrupção é muitas vezes utilizado como um instrumento de eliminação política de um adversário.

7. Um dos aspectos mais importantes da análise da evolução da R.P.C. ao longo de cinco décadas diz respeito à fragmentação da autoridade, a partir do desaparecimento de Mao Zedong. Assiste-se ao surgimento de vários núcleos de decisão política.

8. Verifica-se um certo abrandamento na perseguição aos artistas e intelectuais, numa altura em que em alguns meios universitários surgem posições que não sendo de apoio ao regime, se enquadram no afirmar dos valores da China e da «superioridade dos valores asiáticos».

9. Assiste-se, também, fruto do clima de abertura económica à formação de um embrião de uma sociedade civil, assente na classe média urbana, com razoável nível de educação e de rendimentos.

10. Importa, nesse contexto, ter em conta o surgimento da «Business Elite», o novo grupo social nascido com as reformas económicas e que possui um poder económico obtido na actividade privada e, que por isso, possui margem de manobra no relacionamento com o poder.

11. Não obstante a existência de alguns sinais de ténue abertura, a manutenção do desenvolvimento económico implica, para os dirigentes chineses, a existência de uma absoluta estabilidade política.

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).



Leal Senado de Macau

12. As reformas económicas poderão conduzir à introdução de «reformas políticas», não no sentido da democratização do sistema, mas no sentido do «aperfeiçoamento» das relações entre o Partido e o Governo.

13. Os especialistas admitem, contudo, a possibilidade do regime chinês poder vir a evoluir no sentido de um neo-autoritarismo, uma espécie de «capitalismo de estado socialista», caracterizado pela completa introdução do sistema económico capitalista, e pela manutenção dos elementos base organizativos do Partido comunista.

14. Existem alguns sinais de que o sistema político se estará a adaptar às circunstâncias das reformas económicas, tornando-se, tendencialmente, mais institucionalizado, ou seja, existe uma maior diferenciação estrutural, um processo de decisão política mais regulamentado e uma maior autonomia na decisão.

15. Esses sistemas têm especial expressão na mudança de «background» dos membros do partido, na mudança das características de liderança, no sistema de incentivos aos quadros e nos critérios da sua selecção.

16. No campo do direito, continua a verificar-se um enorme «défice», quer quanto às instituições responsáveis pelo exercício da justiça, quer quanto à efectiva aplicação de normas do direito que salvaguardem o indivíduo e a sociedade.

17. A perspectiva que o P.C. tem do direito é uma perspectiva instrumentalista, em que o quadro legal serve para manter o domínio político; é esta a concepção do «rule of law» (Yifa Zhiguo).

18. Face à política de reformas económicas e de abertura ao exterior, tem vindo a ser dados alguns passos no sentido da reforma de certas áreas do sistema legal, visando torná-lo minimamente adequado às necessidades de resolução de disputas comerciais e de negócios.

19. O regime chinês, ainda que não consiga atenuar a imagem negativa que tem junto da comunidade internacional, procura gerar a confiança externa, através da adaptação de um vasto conjunto de normas jurídicas extraídas de códigos estrangeiros.

20. No tocante à política externa, os dirigentes chineses apostam no aplacar da hegemonia dos E.U.A. e, em simultâneo no reforço da sua posição regional.

21. A modernização económica constitui o factor determinante da condução da política externa em que a «diplomacia económica» assume o papel preponderante.

22. A estabilidade regional é considerada como fundamental à estratégia económica chinesa. Contudo, tal não impede o assumir de atitudes de afirmação político-militar, que provocam alguma tensão junto dos países vizinhos.

23. A questão de Taiwan, o diferendo sobre as Spratly e a desconfiança mútua entre a R.P.C. e o Japão, quanto às respectivas políticas de defesa, constituem factores de alguma tensão na região.

24. Quer no âmbito interno, quer no externo, o E.P.L. — Exército Popular de Libertação ocupa um lugar central no processo de decisão política.

25. O E.P.L. passa por uma reforma organizacional e por um processo de modernização sem paralelo. O acesso às tecnologias electrónicas de última geração constitui um objectivo fulcral para as forças armadas chinesas.

26. As regiões autónomas — incluindo portanto Macau — evolucionarão de acordo com a evolução interna, a mudança da percepção dos interesses nacionais, pelo que os acordos firmados tenderão a ganhar a natureza de guiding principles, e não de imperativos que fariam recordar os tratados desiguais. Isto no que respeita à relação de Macau com a China.

27. No que respeita à relação de Portugal com a China, Macau deverá ser considerado como memória viva, que facilite o relacionamento; mas este certamente tenderá a apoiar-se na política global da União Europeia, um interlocutor à dimensão da República Popular, que esta poderá encarar como importante no seu conceito de paridade internacional.

Prof. ADRIANO MOREIRA

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N. de Registo 112 874

Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar
António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400-117 Lisboa
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomposição e impressão na EDITORIAL MINERVA
Rua da Alegria, 30 — Tel. 322 49 50 • Fax 322 49 52 — 1250-007 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

COLÓQUIO

Sociedade de Geografia
de Lisboa

11 e 12 de Fevereiro de 1999

O LUSO-TROPICALISMO
REVISITADO

Nos dias 11 e 12 de Fevereiro passado realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa um colóquio, tendo como tema: «O Luso-Tropicalismo Revisitado».

A ideia surgiu na Universidade da Beira Interior encontrando o melhor acolhimento na Fundação Joaquim Nabuco, sediada no Recife e em várias personalidades portuguesas, brasileiras, cabo-verdianas, moçambicanas e angolanas, pois pretendia-se homenagear Gilberto Freyre, fundador do Luso-Tropicalismo cujo centenário se celebra este ano.

Os Professores Doutores Adriano Moreira e José Carlos Venâncio assumiram a responsabilidade da organização do Colóquio.

Porém, além da razão comemorativa do Centenário de Gilberto Freyre surgiram outras razões para a realização deste Colóquio: fomentar a coesão entre os países da Lusofonia e aprofundar as suas raízes.

Numa altura em que se comemorou, com a EXPO 98, a chegada de Vasco da Gama à Índia, em que se celebraram os 500 anos da descoberta do Brasil, em que decorreram duas décadas sobre as independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (vulgo PALOP), pensamos ser pertinente repensar o colonialismo português em toda a sua complexidade. Nada melhor para levar esta tarefa por diante que um colóquio onde estarão presentes investigadores provenientes dos diferentes países lusófonos.

A realização de um tal colóquio ganha ainda mais importância com o facto de o mundo conhecer hoje, numa dimensão até aqui inédita, um fenómeno que dá pelo nome de globalização e de nós, enquanto lusófonos, concebermos a lusofonia como plataforma de entendimento e de identidade nesse mundo globalizado.

A Fundação Oriente, apoiando esta iniciativa, instituiu o **Prémio Gilberto Freyre**, no valor de um milhão de escudos, para trabalhos consagrados ao tema.

ORGANIZAÇÃO

Universidade da Beira Interior
Prof. Doutor Adriano Moreira
Prof. Doutor José Carlos Venâncio

Colaboração

Sociedade de Geografia de Lisboa

Secretariado

Dr.ª Helena Almeida
D. Maria Madaleno

Informações

Telef.: (075) 319600
Fax: (075) 31901

PROGRAMA

Dia 11, Quinta-feira

09.30

Recepção dos participantes

10.00

Sessão de abertura seguida de conferência inaugural por Adriano Moreira

AGP
VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1250-194 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acpur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
1070-103 LISBOA
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000-446 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acpur P — Fax 200 25 02



UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE

14.00 — 18.00

Gilberto Freyre — o homem e o cientista. O Luso-tropicalismo

Coordenador da sessão:

Eduardo Medeiros (Portugal)

Conferencistas:

Vamireh Chacon (Brasil)
 Pedro Borges Graça (Portugal)
 Sebastião Vila Nova (Brasil)
 David Hopfer Almada (Cabo Verde)
 Manuel L. Rodrigues de Areia (Portugal)

18.00

Lançamento dos livros

Dia 12, Sexta-feira

9.30 — 12.00

O Luso-tropicalismo e a historiografia do espaço de língua portuguesa

Coordenador da sessão:

Ivo Carneiro de Sousa (Portugal)

Conferencistas:

Luís Filipe Barreto (Portugal)
 Rui Loureiro (Portugal)
 António Luís Ferronha (Portugal)
 António Sopa (Moçambique)

14.00 — 16.00

O Luso-tropicalismo e as Ciências Sociais

Coordenador da sessão:

António Custódio Gonçalves (Portugal)

Conferencistas:

Luís Polanah (Portugal)
 Adelino Torres (Portugal)
 Victor Kajibanga (Angola)

17.00 — 18.00

A relação específica Portugal-Brasil

Conferencista:

José Aparecido Oliveira (Brasil)

18.00

Sessão de encerramento por José Carlos Venâncio

Às 20 horas a Presidência da Academia Internacional da Cultura Portuguesa ofereceu a todos os participantes um jantar de confraternização na Cooperativa Militar na Rua de S. José.

PATROCÍNIOS

Fundação Calouste Gulbenkian
 Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
 Fundação Oriente
 Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
 Instituto D. João de Castro
 Academia Internacional da Cultura Portuguesa
 Instituto da Cooperação Portuguesa
 Fundação Gilberto Freyre
 Fundação Joaquim Nabuco
 Banco Comercial Português
 Caixa Geral de Depósitos



ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

O Conselho Académico da Academia Internacional da Cultura Portuguesa resolveu marcar o dia 10 de Março para a realização da Sessão Solene da Admissão de 3 novos «Académicos Correspondentes» Portugueses colmatando assim o N.º dos Académicos Correspondentes.

A mesa da Presidência estava composta pelo Presidente da Academia Pe. Dr. Joaquim António de Aguiar, Prof. Doutor Adriano Moreira, Prof. Doutor João Pereira Neto, Almirante António de Sousa Leitão e Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida.

Aberta a Sessão, o Presidente deu a palavra ao prof. Doutor Victor Maria de Sousa, Vice-Reitor da Universidade de Braga que apresentou o Tema «Mito e Alegoria nos Lusíadas», seguindo-se o Prof. Doutor António Maria de Sousa



A Mesa da Presidência

Vasconcelos, professor do I.S.C.S.P. que desenvolveu o tema «Consciência Nacional e sentido de eleição do Pensamento do Pe. António Vieira, encerrando o Doutor Henrique Barrilero Ruas, que dissertou sobre «Plínio Salgado» um Brasileiro Universal.

A seguir o Presidente da Academia impôs aos novos Académicos as insígnias dos Colares, terminando com umas palavras de elogio aos novos académicos e o enriquecimento que traziam à Academia.

Por fim convidou os presentes para um jantar em honra dos novos Académicos e seus familiares.

Com estas admissões feitas, fica a Academia preenchida em todos os seus postos de Académicos de Número e Correspondentes Portugueses.

O PRESIDENTE
DA ACADEMIA
INTERNACIONAL DA
CULTURA PORTUGUESA

*Pe. Joaquim António
de Aguiar*



Os novos Académicos: Prof. Doutor Victor Maria de Sousa, Dr. Henrique Barrilero Ruas e o Prof. Doutor António Maria de Sousa Vasconcelos

O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII E O V CENTENÁRIO DA CHEGADA AO ORIENTE

Fundado em 1957, o Colégio Universitário Pio XII, retomando o espírito dos antigos Colégios Universitários, pretende, mais do que fornecer alojamento aos estudantes, complementar a formação dos alunos nas mais variadas áreas.

Dando inteira liberdade aos alunos, organizam-se no seio do Colégio, Centros Culturais para traduzirem em actividades os diversos interesses extra-académicos dos estudantes do CUP XII.

No ano de 1964, dando expressão ao crescente interesse dos alunos de então pelas questões decorrentes da assinatura do Tratado de Roma, e da consequente integração Europeia, foi criado o Centro de Cultura Europeia, cuja principal actividade, os Encontros Universitários de Estudos Europeus, foi dedicada ao estudo e discussão dos problemas mais pertinentes relacionados com a construção de uma Europa unida. Esta foi, em Portugal, uma iniciativa que, na época, era inédita e pioneira, e destoava da política e do pensamento oficial da altura.

Houve, desde logo, a preocupação de alargar a discussão ao maior número possível de estudantes, das mais variadas proveniências. Assim, foi decidido estender as actividades de CCE a toda a população estudantil lisboeta e também a universitários espanhóis, sendo mais tarde integrados alunos universitários do Porto.

Em 1989, após a realização de 25 Encontros de Estudos Europeus, e na sequência das grandes alterações da cena mundial ocorridas com a derrocada dos regimes comunistas, entendeu-se que era necessário ajustar a actividade do CCE à realidade que agora se vive, dando relevo especial aos problemas decorrentes da abertura a Leste e da globalização dos problemas económicos e políticos. O alargamento dos temas em estudo impôs a reformulação do modelo dos Encontros Universitários, que foram rebaptizados de Fóruns Universitários de Estudos Europeus. Até hoje realizaram-se 9 Fóruns (Macau 90; Praga 91; S. Petersburgo 92; Eslovénia 93; Tóquio 94; Praga 95; Bratislava 96; S. Petersburgo 97; Macau 98); com a participação de alunos universitários dos países onde se realizou o Fórum.

Até hoje os 25 Encontros Europeus de Universitários e os 9 Fóruns Universitários de Estudos Europeus movimentaram 2.660 Estudantes Universitários portugueses, espanhóis, brasileiros, checos, eslovacos, russos, italianos, alemães, franceses, belgas e holandeses.

Este ano de 1999 realizou-se o X Fórum em Goa de 25/3 a 2 de Abril. Participaram 65 universitários.

«O ESPÍRITO DE UNIVERSALIDADE DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES»

Breve Introdução Histórica

A 8 de Junho de 1497, Vasco da Gama parte com 3 Caravelas: S. Gabriel, S. Rafael e Bérrio, rumo ao Oriente.

Após reabastecer em Cabo Verde a 22 de Novembro, ultrapassa o Cabo das Tormentas. Sobe o Oceano Índico em fins de Janeiro de 1498, ultrapassa a ilha de Moçambique e em 7 de Abril ataca em Mombaça. No Domingo de Páscoa chega a Melinde, onde é muito bem recebido pelo rei dessa cidade. Este põe à disposição de Gama o melhor piloto árabe da época, o Malemo Cama ou Kanákua dos nossos Velhos Cronistas, que dirige as 3 naus atravessando o Oceano Índico, e chegando a Calicut em 22 de Abril de 1498.

É este facto que vai mobilizar toda a Europa nesse fim do século XV em todas as áreas da sua vida: política social, comercial, económica, artística, técnica e religiosa. É um facto com repercussões nas diferentes áreas da vida Europeia.

O Colégio Universitário Pio XII, realizou o IX Fórum, e quer encerrar o ciclo em Goa. Esta vai ser durante séculos, o símbolo de uma cultura e de um continente que chamamos Europa, através de um pequeno país situado no Ocidente Europeu no «finis terrae», e que se vai converter em centro da Europa Ocidental de Lisboa em Capital do Mundo. Não é sem razão, que se realizou em Lisboa a Expo '98, que mobilizou o mundo neste fim do milénio.

Sobre os responsáveis pela realização deste X Fórum, cai uma responsabilidade «única» na história da «Vida Cultural do Colégio Universitário Pio XII».

A Comissão vai apresentar um breve estudo do tema, que certamente marcará uma data destacável na vida do Colégio Universitário Pio XII e que ficará a marcar a vida pessoal de cada um dos participantes, uma data inesquecível. O IX Fórum realizado em Macau, excedeu em muito, as perspectivas feitas. É de esperar que aconteça o mesmo em Goa. O motivo é o mesmo.

Vamos seguir como guião, o livro «Portugal e os Descobrimientos» — «O Encontro de Civilizações» da responsabilidade do comissariado de Portugal para a Exposição Internacional de Sevilha em 1992.

1. Primórdios de um Império

Este período vai até à morte do Infante D. Henrique em 1460. Este foi o primeiro responsável e coordenador de um conjunto de acções, estudos e técnicas de construção das caravelas, das correntes marítimas, dos astros, das cartas geográficas, da preparação em 1418 da ultrapassagem dos cabos Bojador e Não em 1434, e da descoberta de Cabo Verde em 1445.



As nossas caravelas ultrapassavam o Níger em 1470 e chegaram à Mina em 1482. Ao Congo e à linha do Equador em 1483.

Esta etapa é importante para o nosso comércio: cria-se a Companhia de Lagos (1444), as nossas caravelas levam novos produtos a Sevilha, Valência, Barcelona, passam o Mediterrâneo e chegam a Génova, e pelo Norte chegam a Bruges e Roterdão.

Com a morte do Infante D. Henrique em 1460, a direcção de toda esta complicada mudança de vida em Portugal passa para Lisboa. D. Afonso V mais inclinado para a conquista das praças de África entrega este problema de «navegação», política e comércio ao Infante D. João seu filho, que vai centralizando na «corte» todos estes problemas de tão variada ordem a partir de 1473.

A pacata Lisboa passa a ser a «Capital da Europa», onde chegam barcos e comerciantes de toda a Europa, especialmente da Europa Mediterrânea. Uma vez que a Europa perde Constantinopla (1453), e parte dos Balcãs, sendo ocupadas pelos turcos perante a insensibilidade e intrigas dos seus responsáveis.

2. D. João II (1481-1495. O Pensamento de um Império)

Com a subida ao poder de D. João, deu-se uma centralização da política relativa aos Descobrimentos e uma política de entendimento com os Reis Católicos.

O Tratado de Alcáçovas, 1479 trouxe a paz com Castela e a cedência das Canárias, cria uma política em relação à construção de caravelas e à contratação de pilotos portugueses para outras nações.

«A lei do Segredo» relativa às navegações é uma imposição de prudência.

- * Aperfeiçoamento do Astrolábio.

- * Expedições de Diogo Cão ao rio Zaire, fundação da fortaleza da Mina e fomento do comércio com o interior de África; 1485 povoamento de São Tomé e em 1485 fundação da Casa dos Escravos.

- * Viagem ao Oriente de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.

- * Partida de Bartolomeu Dias a caminho da Índia em 1487.

- * 1493 entendimento com os Reis de Castela sobre a orientação do Papa Alexandre VI, que era de origem valenciana.

- * 1494 tratado de Tordesilhas e a divisão do Mundo entre Portugal e Castela.

- * 1497 A Viagem de Vasco da Gama e chegada à Índia é o facto mais importante do século, tendo em conta as consequências que se seguirão na área do comércio.

Portugal consegue ser o senhor do comércio das costas africanas, do Atlântico, do Índico e da Índia.

Lisboa converte-se na grande cidade comercial da Europa com o exclusivo dos produtos orientais.

3. Os Executantes do Império do Oriente

Lembramos as duas figuras, que pensaram na criação do Império, ou seja, levar para longe o domínio e o modo de ser de um povo, para terras longínquas, habitadas por homens de outras etnias, culturas e religiões e com as quais era possível encontrar interesses comuns e até formar uma «comunidade humana entrelaçada através de casamentos e unidas por laços religiosos».

Pensamos num D. João II — D. Manuel I e D. João III — tendo como colaboradores imediatos, marinheiros como Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e políticos a quem encomendaram a execução do plano, como D. Francisco de Almeida que em 1505 leva como grande orientação dessa política «O Regimento do Capitão Mor», onde ia com a missão de governador. Comanda 22 embarcações e 1500 comba-

tentes. Combate contra o Samorim de Calecut sofrendo-lhe uma grande derrota.

Morre o filho do governador D. Lourenço de Almeida no combate contra Hocem em 1506.

Assume o poder, o indiscutível capitão D. Afonso de Albuquerque, que conquista Ormuz em 1507, Goa em 1510 e Malaca em 1511.

Organiza a vida em Goa e pretende em 1515 voltar a Ormuz e conquistar Meca. Porém a doença agrava-se e falece em Goa a 1515 após recebidos os últimos sacramentos.

A grande figura, que fundou o Império português que ia do Cabo da Boa Esperança até às Molucas, foi sem dúvida, Afonso de Albuquerque.

Outra figura que fica gravada na nossa história do Oriente é D. João de Castro, que é nomeado vice-rei em 1545.

Não é nosso propósito tratarmos nesta alínea a história política que termina em 17 de Dezembro de 1961 com a anexação da União Indiana de Goa, Damão e Diu terminando o nosso domínio na Índia.

Consulte-se a «A Índia Portuguesa» de Frederic P. Marjay.

4. Goa Capital da Índia Portuguesa — «Quem viu Goa não precisa de ver Lisboa»

Um capítulo importante — Goa e as cidades construídas ou renovadas pelos portugueses nos séculos XVI e XVII.

Numeramos Goa, a capital do Oriente, Cochim, Chaul, Baçaim e Damão.

Para o estudo de Goa recomendamos:

«Goa» 1510-1685 da Colléction Memoires De Michel Chandlerigne, (Paris 1999).



A porta dos Governadores e Vice-Reis. Velha Goa

«Cidades Indo-Portuguesas» de Walter Rosa — Lisboa 1997.

Em relação a este ponto de estudo, julgo-o muito importante. Pois são ainda hoje um testemunho da nossa cultura urbanista e religiosa, que podem competir com outras cidades do nosso Portugal europeu e que fomos capazes de construir dando-se o caso, de muitas peças especialmente de igrejas, conventos, palácios, edifícios públicos, irem trabalhadas de Portugal e destinadas a esses monumentos, constituindo hoje um tesouro cultural de grande importância.

A Fundação Oriente e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses têm reproduções com filmes e diapositivos, que certamente poderia emprestar para serem passadas em Colégios ou noutras instituições culturais.

Os estudantes de Belas Artes e Arquitectura encontram aí elementos muito valiosos para os seus trabalhos.

5. S. Francisco Xavier e os Novos Métodos de Missionaçõ

Este nosso breve estudo ficaria com uma omissão muito grave se não fosse abordado, mesmo que sumariamente, a nova metodologia, introduzida pelos Padres Jesuítas no Oriente e noutras áreas geográficas como o Brasil, para onde foram enviados.

Torna-se necessário lembrar que D. João III enviou para o famoso Colégio S. Bárbara de Paris um grupo de estudantes que viriam depois de formados, para Coimbra, quando para ali foi mudada a velha Universidade de Lisboa e criada a Universidade Renascentista em 1536.

O director do Colégio de S. Bárbara era o famoso professor André de Gouveia.

Entre os muitos estudantes que frequentaram S. Bárbara relembramos o Pe. Simão Rodrigues, Francisco Xavier e St.º Inácio de Loyola.

Francisco Xavier, filho do último Primeiro Ministro do último Rei de Navarra, reino incorporado no Reino de Aragão por Fernando o Católico em 1511, teve de exilar-se em França, indo estudar em Paris. Frequentou o famoso Colégio de S. Bárbara, onde foi um estudante brilhante, sendo convidado para Professor de Artes. Foi aí que conheceu o Pe. Simão Rodrigues e S. Inácio de Loyola que o conquistou para o grupo dos 6, que se reunia na Capela de S. Dinis em Montemartre e que em 1540 seria aprovado por Paulo III como Instituto de Sociedade de Jesus em abreviatura S.J..

D. João III nesse mesmo ano de 1540 solicitava ao papa Paulo III, o envio de alguns sacerdotes para serem enviados a Goa, cuja diocese tinha sido criada em 1534.

O Papa enviou-lhe 2 sacerdotes: os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier.

O Pe. Simão Rodrigues adoece em Lisboa e será o iniciador da Companhia de Jesus em Portugal, e Francisco Xavier irá para Goa como Núncio Apostólico onde desembarca em 1542.

Os membros da nova Ordem religiosa trazem outra formação e outra metodologia em relação ao modo de missionar e que vão ser ensaiadas no Oriente e no Brasil.

Destacamos: profundo conhecimento dos hábitos, costumes, modos de viver, de se exprimirem, através das palavras, e das artes (pintura, escultura, arquitectura).

O Oriente era um mundo bem diferente do mundo Ocidental. Seria um bom processo para conquistar esse novo mundo para Cristo, conhecendo a fundo e aproveitando tudo quanto fosse possível, respeitando tradições, usos, costumes, modos de estar e de se exprimirem.

Outro processo era começar pela juventude, criando instituições educativas, e assim surgiram os Colégios, com o ensino dos novos conhecimentos de tipo científico: matemáticas, física, astronomia, completando com as artes pintura, arquitectura, escultura, música, etc., etc...

Foi assim que os Jesuítas entraram no Oriente.

Foi assim que S. Francisco Xavier tomou conta do Colégio de S. Paulo em Goa, no mesmo dia da sua chegada.

Irão surgindo novos Colégios e como exemplo destacamos o Colégio de S. Paulo em Macau, donde sairão matemáticos, astrónomos, físicos, que serão destinados a Pequim para dirigir a estação astronómica imperial, impondo-se pelo seu saber.

S. Francisco Xavier foi o primeiro Jesuíta destinado ao Oriente e em 10 anos missionou Cochim, Ceilão, Meliapor, Malaca, chegou ao Japão, Malassar, às ilhas Molucas. Veio a morrer em 3 de Dezembro de 1552 na ilha de Sacien, frente a Catão, de frio e fome, sendo aí enterrado. Em 17 de Fevereiro é desenterrado, encontrando-se o seu corpo perfeitamente conservado. Foi levado para Malaca, onde chega em 22 de Março, sendo depositado na Igreja do Castelo. Em 11 de Dezembro de 1553 é transportado para Goa onde chega no dia 15 de Março de 1554, sendo depositado na Basílica do Bom Jesus de Goa onde se conserva incorrupto.

Aqui fica a nossa homenagem ao Grande Missionário que foi S. Francisco Xavier e a todos os seus irmãos em religião, que criaram um novo modo de «Missionar», baseado no respeito das culturas locais e na transmissão dos novos conhecimentos científicos, e na aplicação duma nova pedagogia nos Colégios e na pregação.

NOTA: — Consultar: «Oceanus» — Os Jesuítas e a ideia de Portugal, n.º 12 de Novembro de 1992.

Lisboa, 15 de Março de 1999

Pe. Joaquim António de Aguiar

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente.

Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosa e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma selecção de confiança e um Serviço de Qualidade.

Por isso os Alunos, os Professores e os Ajudantes Educativos usufruem do prazer de uma refeição esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

Av. Infante Santo, 23 - 12.º Esq. - Tel. 67 67 34 - Telex 12237 Gertal P Lisboa - 1360-177 (1980A)
Rua Sampaio Simões, 395 - Tel. 69 99 03 - Telex 25426 Gertal P Porto - 4100-368 PORTO

O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII E O MOMENTO HISTÓRICO QUE VIVEMOS:

O Portugal autêntico viveu neste século dois momentos históricos que marcam o nosso modo de ser, de viver, de nos projectarmos no mundo e de nos relacionarmos com outros povos.

Em 1940 realizou-se em Lisboa frente aos Jerónimos, a Exposição do Duplo Centenário: o Nascimento de Nação no Século XII e a Restauração de 1 de Dezembro de 1640.

No mês de Maio de 1998 com a abertura da Expo 98, lembramos a chegada de Vasco da Gama a Calicut após um esforço enorme feito pelo povo português a partir de 1416 com a Conquista de Ceuta, a passagem do Cabo Não em 1436, as descobertas de Cabo Verde em 1460, a Costa da Mina por João de Santarém e Pêro de Escobar em 1474, a passagem do Equador por Rui Sequeira, em 1486, o contacto de Diogo Cão com o Congo, em 1487 e 1492 os contactos, de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã com a Índia e a Etiópia e em 1487 a passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias.

Lembramos com certeza o Infante D. Henrique, D. João II, D. Manuel I, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Gaspar Corte-Real, Diogo Dias, André Gonçalves, Fernando Noronha, Gonçalo Coelho, Afonso de Albuquerque, Francisco de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira, D. Francisco de Almeida 1.º Vice-Rei da Índia, Afonso de Albuquerque 2.º Vice-Rei da Índia, que conquista Goa em 1510 e Malaca 1511, Jorge Álvares vai de Malaca à China 1513, em 1515 Tomé Pires é enviado a Pequim, Lopo Soares de Albergaria é nomeado Governador Geral da Índia em 1518 — Vasco da Gama em 1524 é nomeado de novo Vice-Rei da Índia e morre em Cochim em 25 de Dezembro do mesmo ano.

D. João de Castro escreve o 1.º livro dos Roteiros 1535.

S. Francisco Xavier chega a Goa em 1542, em 1540 D. João de Castro é nomeado Governador da Índia e morre em 1546, em 1552 morre S. Francisco Xavier às portas da China.

A fixação portuguesa em Macau em 1557, sendo criada a diocese em 1575.

Após 501 anos da nossa chegada ao Oriente e 402 da nossa chegada a Macau entregaremos à China uma cidade de 500.000 habitantes tendo recebido uma pequena área deserta de 16 km² e 2 pequenas ilhas.

Estes factos são dignos de meditação. É um problema de justiça lembrar nomes de alguns dos nossos antepassados prestando-lhe a nossa homenagem e foi isso que quisemos fazer com a realização do IX Fórum Universitário de Estudos Europeus em Macau de 30 de Março a 8 de Abril p.p.

Não basta lermos nos livros da nossa História, é preciso vermos com os nossos olhos o que eles nos deixaram e que o tempo respeitou.

Macau é um bom exemplo para a nossa Juventude de hoje tomar consciência do passado e pensar se tudo terminou e recolhemo-nos à mãe pátria ou se é possível abrir novos caminhos no futuro.

Em Abril de 1998 realizamos o IX Fórum em Macau para meditar, e pensar em relação ao futuro dos novos caminhos a abrir na China, que obriga a um estudo aprofundado e à criação de novas metodologias. É hora, bem que tardia, para a criação duma Escola ou Instituto de Simologia e estimular a formação de Simólogos.

Em Abril deste ano de 1999 realizamos o X Fórum em Goa donde regressamos com as imagens das grandes figuras históricas: Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro e dos grandes monumentos que superam os de Lisboa e de aí o dizer popular «Quem viu Goa não precisa ver Lisboa».

Lisboa, 10 de Abril de 1999.

DEPARTAMENTO CULTURAL
DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII

Pe. Joaquim António de Aguiar



Ressuscitou

A Direcção do Instituto D. João de Castro deseja aos Sócios Fundadores e a todos os leitores do nosso Boletim «Roteiros» uma Santa e Alegre Festa de Páscoa, que para todos nós cristãos é o penhor da nossa Ressurreição e da nossa vida que não terá fim.

Ressuscitamos e viveremos eternamente com Cristo e com todos os nossos irmãos que comungaram connosco na mesma fé.

São Paulo não se cansou de repetir esta verdade aos primeiros cristãos das igrejas formadas por cristãos vindos do elenismo pagão.

Num mundo materialista em que vivemos, esta nossa fé é que nos dá força para caminharmos com fé para a Cidade de Deus que descreve S. João no Apocalipse e que deu o tema a St.º Agostinho para escrever «A Cidade de Deus».

Repitiremos o grito do triunfo final: Aleluia!